



SOCIEDADE

Maioridade penal aos 16 anos avança na Câmara

Porém, proposta aprovada na Comissão de Constituição e Justiça responsabiliza menores de 18 só em casos de crimes graves. Texto ainda passará por comissão especial e tem de ser aprovado no Plenário, em duas votações, com o mínimo de 308 votos

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

Fotos: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a diminuição da maioridade penal para 16 anos. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2015 foi aprovada com 44 votos a favor e 18 contra, depois de a análise da matéria ser adiada por três sessões consecutivas nas últimas semanas. E mais uma vez bolsonaristas e integrantes da base do governo divergiram sobre o tema.

A proposta foi apresentada em 2015 pelo ex-deputado Gonzaga Patriota (PE), mas voltou à pauta depois de ter sido retirada da PEC da Segurança Pública. No projeto original, além da redução da maioridade penal, o ex-parlamentar também propôs a obrigatoriedade do voto aos 16 anos e redução da idade mínima para concorrer a cargos públicos. No entanto, o relator do projeto, deputado Coronel Assis (PL-MT), enxugou a matéria e apensou duas outras PEC com o mesmo tema.

O texto aprovado na CCJ altera o artigo 228 da Constituição. Estabelece a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos somente para crimes graves. O relatório mantém a regra da “inimputabilidade”, que é a impossibilidade de responsabilização penal de menores de 18 anos — exceto para crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. Assis também mudou o texto da PEC original a fim de que a mudança na maioridade não atinja atos da vida civil, como direitos políticos. Representa que a idade obrigatória para o voto continua sendo aos 18 anos, e não aos 16, conforme propunha a PEC inicial.

O passo seguinte cabe ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que deverá criar uma comissão especial para discutir o mérito da PEC — a CCJ discute se uma matéria viola a Constituição ou tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Se aprovada, seguirá para o Plenário, onde precisará de, no mínimo, 308 votos favoráveis em dois turnos de votação. Se chegar ao Senado, será novamente analisada na CCJ da Casa e tem de ser aprovada com 49 votos no Plenário, também em dois turnos.



Assis manteve a inimputabilidade quando não houver crime grave



Para Sâmia, tema tornou-se estratégia eleitoral do bolsonarismo

2015 e que, no governo Bolsonaro, quando podiam usar o peso de governo, não tentaram aprovar. Agora que as urnas vão dar um recado, eles querem criar uma distração a partir dessa PEC”, criticou a deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP).

Segundo a deputada Talíria Petrone (PSol-RJ), “o verdadeiro alvo desta PEC não é a redução da violência, é a ampliação da punição sobre quem já é a principal vítima da violência letal neste país, que é a juventude negra, periférica, empobrecida”. A deputada Erika Kokay (PT-DF) lembrou que o número de reincidentes do sistema prisional é muito superior. “Confundir medidas socioeducativas com impunidade é algo extremamente doloso, que desvirtua uma avaliação concreta dessa discussão. O sistema prisional tem uma reincidência que é quase o dobro da reincidência das medidas socioeducativas. O Estado prende muito — temos a terceira população carcerária do mundo — e muito mal”, afirmou.

José Carlos Abissamra Filho, presidente da Comissão Especial da Advocacia Criminal da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) e autor do livro *Política Pública Criminal: um modelo de aferição da idoneidade da incidência penal e dos institutos jurídicos criminais*, entende que a redução da maioridade penal não resolverá o problema da segurança pública, conforme defendido pelos parlamentares bolsonaristas.

“Se considerarmos que grande parte do problema da segurança pública decorre da ineficácia das políticas públicas, veremos que a prevenção e o combate às causas da criminalidade seriam muito mais eficazes do que simplesmente discutir como punir um jovem”, lamenta.

Para o advogado, “a tentativa de reduzir a maioridade penal é um exemplo clássico do direito simbólico. É uma forma de transmitir à sociedade a mensagem de que algo está sendo feito. Esse tipo de medida costuma ter forte apelo popular porque muitas pessoas não acompanham em profundidade o debate sobre políticas públicas criminais e sua efetividade”.

*Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi

Como funciona em outros países

18 anos (padrão global)

A maior parte dos países, incluindo o Brasil e nações como Alemanha e Portugal, estabelece a maioridade penal aos 18 anos. Mas muitas nações têm sistemas de justiça juvenil, que responsabilizam adolescentes por atos infracionais antes dessa idade.

Entre 14 e 16 anos

Alguns países da Europa e da Ásia adotam idades inferiores para a responsabilidade criminal de adultos. Tais como: China e Japão: responsabilidade

penal começa aos 14 anos. Rússia: adolescentes de 14 anos respondem por crimes graves, enquanto a regra geral para delitos considerados menores passa a valer aos 16 anos.

Entre 7 e 13 anos

Há nações com idades mínimas muito baixas para o início da responsabilização penal: Reino Unido e Estados Unidos: a idade mínima legal pode variar dependendo da região. Em algumas, começam aos 10 ou até mesmo aos seis anos. Índia e outros países asiáticos:

em nações como Bangladesh e Mianmar, a responsabilidade penal pode ser aplicada a partir dos sete anos.

Pós-maioridade (19 a 21 anos)

Poucos países determinam a maioridade penal em idades mais avançadas, tais como: Coreia do Sul: estabelece a idade de responsabilidade em 14 anos, mas a maioridade civil e geral se dá mais tarde. Japão: embora a responsabilidade penal comece aos 14, o indivíduo passa a ser julgado como adulto na justiça comum apenas aos 21 anos.

Divergências

Na sessão, os bolsonaristas argumentaram que, da mesma forma

que um adolescente de 16 anos tem direito ao voto, também deve ser responsabilizado pelos crimes que comete. O relator citou

uma pesquisa realizada pela Real Time Big Data, divulgada no início de maio, que apontava que a maioria da população era a favor

da redução da maioridade penal.

Para o deputado Mendonça Filho (PL-PE), “o jovem de hoje tem muito mais conhecimento do que o jovem de 20, 30, 50 anos atrás. Ele é consciente das suas atitudes, da sua condição de cidadão. Ele vota para eleger presidente da República, governador, representante no Parlamento. Por que não pode ser responsabilizado penalmente? Hoje é barato para os líderes de facção aliciar menores de 18 anos para a prática de crimes. Uma quadrilha solicita o ingresso de menores de 18 anos para, quando um assassinato é praticado, atribuir a eles aquele ato criminoso — e, no máximo, tenham que cumprir pena em um regime socioeducativo de três anos”.

A base governista entendeu que a discussão da redução da maioridade penal está sendo usada em ano eleitoral para fortalecer a ideia de que o projeto traria mais segurança à população. “É uma PEC que tramita nesta Casa desde

CRIME ORGANIZADO

MP denuncia Deolane por conexão com PCC

» RENATO SOUZA

O Ministério Público de São Paulo denunciou, ontem, a influenciadora e advogada Deolane Bezerra por ligação com o Primeiro Comando Capital. Presa na Penitenciária Feminina de Tupi Paulista (SP), a decisão do MP-SP veio um dia depois de a 5ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negar a ela a conversão da detenção em regime fechado para domiciliar. Marco Willian Herbas Camacho, o Marcola, chefe maior do PCC, também é denunciado.

Deolane está presa desde 21 de maio e era um dos alvos da Operação Vênix, deflagrada pela Polícia Federal (PF). Ela e seus advogados afirmam que apenas

prestaram serviços de advocacia — pelos quais teria recebido honorários de R\$ 25 mil — e que não tem ligação com a organização criminosa. Os investigadores a acusam de lavar dinheiro do PCC e de dissipar esse recurso em bens e imóveis.

Segundo o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), o núcleo operava uma estrutura financeira “voltada à dissimulação e à reinserção na economia formal dos recursos ilícitos obtidos pela facção criminosa”, que atuou entre 2018 e 2025 por meio de uma empresa de transportes administrada por Ciro Cesar Lemos, já condenado por organização criminosa. Ele recebia ordens de Marcola e de seu irmão, Alejandro Juvenal Herbas Camacho

Instagram pessoal



Para o MP, Deolane é importante para lavagem de dinheiro da facção

Junior — outro dos chefes do PCC —, para repassar rendimentos aos outros membros da rede.

A rede também era composta pelo operador financeiro Everton de Sousa e pelos filhos de Alejandro — Leonardo Alexander

a origem mediante o uso de contas próprias.

A denúncia, assinada por seis promotores — entre eles Lincoln Gakya, que está marcado para morrer pelo PCC —, frisa que os relatórios de inteligência financeira e as quebras de sigilo fiscal e bancário confirmam a ocultação e a dissimulação das quantias ilícitas, reinseridas na economia formal para serem “esquentadas”. O MP-SP salientou que o pedido de prisão domiciliar, como Deolane solicitou ao STJ, não é facultado àqueles envolvidos com organização criminosa que opera mediante violência.

“A acusada (Deolane) planejava, segundo a investigação, reestruturar suas empresas e transferi-las para fundos sediados no exterior, operando a lavagem de dinheiro dos valores oriundos de integrantes do PCC”, afirma nota do Gaeco.

Segundo o MP-SP, a influência de Deolane é central para a facção por meio de advogados, parentes e outros presos. (Com Agência Brasil)

» Nova suspeita de ebola em SP

A Secretaria de Saúde de São Paulo confirmou, ontem, a investigação do segundo caso suspeito de infecção pelo vírus ebola no estado neste ano. A paciente é uma brasileira de 31 anos, que retornou de viagem a trabalho à província de Kivu do Norte, no leste da República Democrática do Congo, país onde a doença é um problema de saúde pública. Ela desembarcou no Brasil em 6 de junho e passou a ter sintomas característicos, como febre e diarreia, na última terça-feira. Após um atendimento inicial em uma unidade da rede privada de saúde, e mulher foi transferida na madrugada de ontem para o Instituto de Infectologia Emílio Ribas, na capital paulista, referência no manejo de casos de alta complexidade infectocontagiosa. O quadro clínico da mulher é considerado estável.